

Destaque Posse do Presidente de Moçambique

Bicefalia em Moçambique: o Presidente do palácio contra o presidente da rua

Daniel Chapo toma posse hoje com a sombra de Venâncio Mondlane a pairar sobre o país. Depois de uma “década perdida” em termos económicos, o caos está muito mais perto do que a esperança

António Rodrigues

Daniel Chapo toma hoje posse como o quinto Presidente da história de Moçambique no ano do cinquentenário da independência, depois de dez anos perdidos em termos económicos e no meio de uma crise político-social que está longe de poder ficar resolvida só por o Palácio da Ponta Vermelha ter novo inquilino.

Na véspera da saída do poder de Filipe Nyusi, Venâncio Mondlane, o principal rosto da oposição, deixou o recado através do Facebook, se for preciso, haverá manifestações 365 dias. E aqui o “se for preciso” tem de ver com ceder, se a Frelimo não ceder e abrir a porta para verdadeiras negociações com o candidato presidencial, prosseguirão os protestos e, muito provavelmente, a repressão.

Só no dia da tomada de posse dos deputados, na segunda-feira, juntaram-se mais seis mortos à longa lista que ascende já a 300 desde o início dos protestos pós-eleitorais a 20 de Outubro. “A previsão é para continuar ou para piorar até a um possível caos no país, que torcemos para que não aconteça”, diz ao PÚBLICO Natália Bueno, investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

O país que Chapo herda para liderar não está no seu melhor, antes pelo contrário. “A economia já vinha mal”, não foram estes meses de protestos os culpados das dificuldades. “Os últimos dez anos não foram propriamente bons anos económicos”, sublinha o economista Constantino Marrengula. “Foi uma década perdida”, a de Nyusi.

“Se nós tomarmos em conta que Filipe Nyusi apanhou uma economia que estava a crescer a cerca de 7% e tinha conseguido avanços significativos até nas áreas sociais, em que nos dez anos anteriores [os de Armando Guebuza] se havia elevado a economia a um determinado patamar, a partir da chamada crise das dívidas ocultas em 2015, a situação efectivamente complicou-se”, acrescenta o professor assistente na Universidade Eduardo Mondlane.

“A zona metropolitana de Maputo tem um grave problema de desemprego, vulnerabilidade e pobreza. Na província de Maputo, a taxa de desemprego anda entre os 36% e os 38%. Dá para imaginar? É este desemprego que alimenta um pouco todos estes protestos. A falta de perspectivas de vida de uma larga massa de jovens que acordam todos os dias sem nada para fazer.” Para Marrengula, este é um “barril de pólvora” que Nyusi entrega em mãos a Chapo.

Se para qualquer um já seria uma tarefa hercúlea, para um quase desconhecido com pouco peso político dentro da Frelimo como Chapo poderá vir a tornar-se um cabo dos trabalhos. O ex-governador de Inhambane, província no Sul do país, acabou por ser a escolha possível depois de Nyusi não ter conseguido levar a sua avante e fazer aprovar o nome do então secretário-geral do partido, Roque Silva, como seu sucessor.

“Quem é o Chapo? Se formos pensar naquela disputa entre Norte, Centro, Sul dentro da Frelimo, o Nyusi era do Norte e agora voltamos para o Sul. A escolha dele foi bastante complicada, um processo demorado que reflecte a falta de consenso dentro do partido”, explica Natália Bueno, que publicou em Novembro o livro *Reconciliation Operationalized in Mozambique: Charting Inclusion, Truth, and Justice, 1992-2022*.

“Estava a lembrar-me de que o processo de escolha do Nyusi, na época, foi muito falado, e havia muita dúvida no começo de saber se ele iria conseguir estabelecer-se ou não. Guebuza até demorou a passagem da presidência do partido e, no final, vimos que ele se estabeleceu”, diz a investigadora. “O processo do Chapo foi diferente, foi difícil e demorado”, no entanto, até acabou por ter “o apoio público do grupo do Guebuza”. O que pode



O novo Presidente moçambicano, Daniel Chapo, toma hoje posse após me

Rangel alvo das críticas de Mondlane

Paulo Rangel, ministro dos Negócios Estrangeiros português, foi ontem alvo das críticas do candidato presidencial Venâncio Mondlane, que o acusou de parcialidade e de “manipular” a opinião pública ao dizer que tem acompanhado o processo pós-eleitoral em Moçambique.

“Não há trabalho feito da sua parte em relação ao diálogo em Moçambique. Pelo contrário, o senhor sempre foi parcial, foi tendo posições totalmente tristes, sempre foi de adjectivos contra a minha pessoa”, afirmou Mondlane, num directo a partir da sua conta oficial na rede social Facebook, dirigindo-se a Paulo Rangel.

O ministro, que é hoje esperado em Maputo para representar o Governo português na tomada de posse de Daniel Chapo como quinto Presidente da República de Moçambique, já reagiu e, citado pela

Antena 1, assumiu que mantém tudo o que disse anteriormente e acrescentou que continua disponível para se reunir com todas as forças políticas.

Para o candidato do Podemos, Paulo Rangel não pode afirmar que tem “mantido contactos” em torno do processo pós-eleitoral, marcado por paralisações e manifestações de contestação aos resultados, em que já morreram 300 pessoas e mais de 600 foram baleadas, convocadas pelo próprio Venâncio Mondlane.

“É falso. Doutor Paulo Rangel, o senhor não tem mantido contactos comigo. Tivemos um contacto ocasional na véspera da sua vinda a Moçambique, portanto não pode usar isto como se houvesse um histórico de contactos comigo”, acrescentou o candidato presidencial, aproveitando para saudar a ausência do Presidente da República ou do primeiro-ministro de Portugal da cerimónia desta tarde.





Paulo Rangel representa Portugal na cerimónia

“colocar em questão a independência dele, a sua capacidade de levar a cabo uma agenda própria”.

Estado endividado

Temos, pois, um Presidente que chega ao poder em Moçambique envolto em imensas incógnitas, a braços com uma economia fragilizada, um Estado “altamente endividado” que “não tem receita suficiente para pagar as suas despesas essenciais” e com um conflito activo em Cabo Delgado, a província do extremo Norte, que é um sorvedouro de recursos, refere Marrengula. Por isso, afirma o professor, a “prioridade” de Chapo deveria ser “estancar a drenagem de recursos para o conflito de Cabo Delgado”.

“Nenhum Estado pode cumprir os desafios que os jovens estão a reivindicar hoje sem dinheiro, significa isso que é preciso encontrar uma forma de aumentar a disponibilidade de recursos financeiros próprios do Estado”, para isso, precisa de melhorar “a colecta de receitas”, explica o economista. O Estado necessita cobrar mais impostos para ter mais verbas para satisfazer algumas das demandas dos manifestantes e nenhum Presidente aumenta a sua popularidade a ir ao bolso dos contribuintes, principalmente quando ao mesmo tempo tem um problema grave de corrupção.

“Perdemos muito dinheiro por cau-

sa da corrupção, tanto de receita que podíamos mobilizar quanto do lado da despesa. Dinheiro que poderia atender às necessidades da sociedade vai atender às necessidades de um grupo apenas” e, se é certo que isso, sim, lhe poderia trazer fama e proveito, são poucos os que acreditam estar em Chapo a chave na luta contra a corrupção em Moçambique.

Este Presidente a quem poucos auguram grandes feitos; a que nem a comunidade internacional estende a mão, como demonstra a presença de apenas dois chefes de Estado na cerimónia de investidura, o da vizinha África do Sul, Cyril Ramaphosa, e o da Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Embaló; tem de se haver com um líder carismático, popular e messiânico como Venâncio Mondlane, auto-denominado “presidente do povo”, que pediu aos seus seguidores para aparecerem nas ruas hoje com a fotografia de quem eles acham que devia entrar no Palácio da Ponta Vermelha, o rosto do presidente do coração. Ou seja, a sua fotografia.

“A não ser que aconteça alguma coisa para ele [Mondlane] perder força”, diz Natália Bueno, a tendência destes protestos será “sempre para continuar e nunca para parar”. Resta saber se Chapo vai construir pontes de diálogo ou continuar a apostar na terra queimada.

Desafios imediatos de Daniel Chapo

Opinião



Tomás Vieira Mário

Daniel Francisco Chapo toma posse hoje como o quinto Presidente da República de Moçambique. Nascido em 1987, Daniel Chapo é o primeiro cidadão moçambicano nascido depois da independência nacional a assumir o cargo de Presidente da República, sendo por isso apresentado como símbolo de renovação da Frelimo.

Quando Daniel Chapo receber, de Filipe Jacinto Nyusi, o relatório do estado da nação, ele vai deparar-se com uma sociedade profundamente dividida, desestruturada e divorciada do Estado e das suas instituições, às quais retirou, há várias décadas, qualquer credibilidade.

A difícil reconciliação com o eleitor

Há, por todo o país, sinais eloquentes de um divórcio violento entre os cidadãos e o Estado, registado em sede destas polémicas eleições: edifícios de tribunais e de registos e notariado destruídos; edifícios e residências de governos distritais vandalizados; esquadras da polícia, centros de saúde vandalizados e asfaltos escavados por pneus de viaturas pesadas queimados.

De “meros” protestos anti-eleitorais, inicialmente pacíficos, estas acções viriam a degenerar num violento movimento de revolta popular contra o sistema de governo e as suas instituições, vocalizando velhos problemas que têm dividido o povo do poder político, e que se podem resumir nas seguintes duas expressões: exclusão sociopolítica e pobreza abjecta.

Cenas até agora frequentes de indivíduos identificados como membros da Frelimo serem alvos de apupos na rua ou em mercados – quando não violentados por jovens exaltados –, incluindo obrigá-los a descerem de “chapas” (designação popular de *minibuses* de transporte semicolectivo), bem ilustram os níveis de divisão, se não mesmo de ódio político criados entre algumas franjas da sociedade. Jamais tão alto nível de volatilidade foi vivido desde o estabelecimento do regime democrático em Moçambique há 30 anos e nenhum Governo pode governar em tal ambiente.

A curto prazo, outro desafio do novo Chefe de Estado é abrir

caminhos de diálogo com toda a sociedade moçambicana, agora profundamente dividida e em que a narrativa de uma vitória fraudulenta permanece muito forte entre o povo comum em particular os mais jovens.

O incontornável clamor dos jovens

O debate público, nomeadamente através dos meios de comunicação social, veio deitar mais luz sobre os maiores problemas sociais e económicos de Moçambique, que vão desafiar a competência política e a sabedoria do novo Presidente da República e do seu Governo. O primeiro pode ser a integração social e económica da população jovem, que ascende a 50% da população e num contexto de crescimento urbano acelerado.

A taxa nacional de pobreza aumentou em mais de 14 pontos percentuais num período médio de cinco anos (de 48,4% para 62,8% entre 2014/15 e 2019/20). O número de pessoas pobres aumentou de 13,1 para 18,9 milhões. Houve um aumento desproporcional da pobreza nas áreas urbanas, em parte devido a pandemia da covid-19.

A expansão do ensino superior, contando o país presentemente com mais de 60 instituições deste nível, entre públicas e privadas, pese embora o debate sobre a sua qualidade, veio contribuir, nos últimos 20 anos, para o aumento da escolarização e, consequentemente, das expectativas sociais, nomeadamente dos mais jovens, o que se pode traduzir em bomba relógio, a prazo.

Reactivar a função pública

Já antecedendo as eleições de Outubro de 2024, o Governo do Presidente Filipe Nyusi achava-se na incómoda posição de “bombeiro”,

que corria de um lado para o outro, tentando apagar incêndios que lavravam toda a função pública nacional.

Greves – activas ou silenciosas – vinham paralisando, ao longo de vários meses seguidos, sectores públicos estratégicos como hospitais, escolas e outras instituições, na sequência de greves de médicos, de enfermeiros e de outros profissionais de saúde; de professores de diferentes níveis de ensino e ainda uma greve anunciada de juizes de direito, ameaçando portanto paralisar um dos poderes fundamentais do Estado: o poder judicial!

Uma iniciativa de reforma do sistema de salários na administração pública, denominado “Tabela Salarial Única” (TSU) dera azo a um verdadeiro caos remuneratório na função pública, gerando insegurança jurídica, com perda de direitos adquiridos entre centenas de milhares de servidores públicos, que ficaram ainda mais enfurecidos, ao constatarem que onde a TSU os prejudicou, ela deu mais vantagens às elites políticas, membros do Governo e deputados da Assembleia da República.

Reformas políticas profundas

O total descrédito em que caíram os órgãos eleitorais, nomeadamente a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) são apenas sinais exteriores imediatos de um Estado em aguda crise, hoje funcionando com resquícios dos entendimentos bipartidários alcançados nas conversações de paz de Roma, entre o Governo e a Renamo.

Como reacção imediata a esta crise, e por iniciativa do Presidente da República cessante, os líderes dos partidos políticos com assento na nova legislatura iniciaram um diálogo político, em que terão já acordado num princípio fundamental: o da necessidade de construção de um novo Pacto Social para Moçambique, no qual venham estabelecidos princípios e directrizes para um diálogo nacional de toda sociedade, com vista ao estabelecimento de acordos fundamentais para a reforma do Estado.

Parece ser este o único caminho seguro por que o Presidente Daniel Chapo deverá fazer seguir a sua governação: colocar-se à frente num projecto talvez histórico de refundação do Estado moçambicano.

Jornalista



Há, por todo o país, sinais eloquentes de um divórcio violento entre os cidadãos e o Estado, registado em sede destas polémicas eleições